



*Reis
Gonçalo*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

**PRIMEIRA REUNIÃO DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA NO DIA 15 DE
DEZEMBRO DE 2010. -----**

----- ACTA NÚMERO SETE -----

No dia quinze de Dezembro de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a 1ª reunião da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Amândio José Correia de Carvalho, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Gonçalo Filipe da Silva Bastos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários.-----

*Efectuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes Deputados Municipais: -----
Emanuel de Jesus Colaço Costa, José Figueiredo, Maria Fernanda Pereira Fernandes, Paulo Jorge Ribas de Faria Ramos, José António Rocha Barbosa Caria, Fernando Manuel Carvalho Coelho, Cláudia Reimão, Celina Marques Figueiredo, Isabel Maria de Almeida Travessa, Alfredo Luís Dias Rodrigues, Ricardo José Caçoila, Nélia Simões, Avelino dos Santos Antunes, Ingeburga Zanga de Oliveira, Alberto Fernandes, Pedro Gomes do Carmo, Marília Gomes Berto Reimão, José Manuel Rosa Ferra, José Francisco dos Santos, Humberto Pereira Lopes, Florêncio Manuel Pinto, António Francisco Ferreira Miguéns, Tolentino de Oliveira Gomes, Luís Miguel da Silva Morais, António José Lopes Saltão e Carla Isabel Marques Braziel. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Solicitou suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

José Manuel Mata Justo, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Alberto Fernandes. -----

Isabel dos Santos Góis Camacho, tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Cláudia Reimão. -----

Jorge Tavares, tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Ingeburga de Oliveira. -----

Álvaro Saraiva, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, José Figueiredo. -----

Sandra Isabel Candeias Lopes Anes, tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Nélia Simões. -----

A Câmara esteve representada pela Senhora Presidente Maria Amélia Antunes e pelos Senhores Vereadores: Nuno Ribeiro Canta e Renato José Diniz Gonçalves. Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Joaquim António Lopes da Silva Batalha, Nuno Alexandre Camacho Cabral Ferrão e José Pedro Barroso Neto. -----

*Constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente, cumprimentou os Senhores Deputados Municipais, a Câmara e o público presente, abriu o período destinado à **intervenção do público**, de acordo com o artigo 32º. do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----*

***A Muniçipe – Maria Madalena Ascensão**, no uso da palavra, disse que era auxiliar nas escolas, tinha um contrato a termo certo com a Câmara Municipal de Montijo e após este ter cessado, a Autarquia remeteu-lhe duas cartas, datadas*



Recdy
Erts
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

de 29/07/2010 e 18/10/2010, que leu e solicitou à Assembleia Municipal e às bancadas opinião, cujo teor leu e passo a transcrever, respectivamente: -----

“Para os devidos efeitos, sou a informar de que o contrato a termo resolutivo certo celebrado com a Câmara Municipal de Montijo cessa no próximo dia 02 de Setembro de 2010, sendo o acerto de contas efectuado no final do mês de Setembro. -----

Mais informo de que, nos termos legalmente previstos (artigo 96.º, n.º 1 da Lei n.º 59/2008 de 11/09), só se poderá candidatar a novo procedimento concursal para recrutamento de pessoal por tempo determinado, com a Câmara Municipal de Montijo, depois de decorrido o período correspondente a 1/3 da duração total do contrato que agora caduca, sendo no seu caso, decorridos 12 meses.” (Carta subscrita pela Senhora Presidente da Câmara) -----

“Na sequência do nosso ofício n.º 282/10 de 2010/07/29 sobre “Cessação do Contrato a Termo Certo” e tendo em atenção o mencionado acerto de contas a realizar no final do mês de Setembro, após análise sobre a compensação por cessação do contrato de trabalho, informo de que no caso concreto, atentas as disposições legais aplicáveis, nomeadamente o artigo 252.º n.º 3 do RCTFP (Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro), não haverá lugar à referida compensação.” (Carta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva) -----

A Múncipe – Ilda Pereira, no uso da palavra, disse: “Quero deixar claro que não sou filiada em nenhum partido mas não deixarei de apoiar, tanto à esquerda ao centro ou à direita, causas e lutas que para mim, como cidadã, sejam justas e que possam por em causa o bem-estar dos munícipes. -----

Desde 2007 um grupo de habitantes da cidade do Montijo tem vindo a debater-se através de emails, reuniões de câmara e reuniões de atendimento ao município,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

com a senhora Presidente e o vereador do pelouro, sobre a falta de limpeza das linhas de água. -----

Nada foi feito, aliás, muito pouco foi feito e por vezes mal feito. -----

Como a minha voz tem sido insuficiente, pedi ajuda aos Verdes para que em conjunto possamos avançar de forma organizada, com vista à resolução do problema. -----

Queria deixar três pontos relativos às linhas de água e solicitar a todos os grupos parlamentares que se pronunciavam sobre o problema. -----

1 – As canas são na realidade, vegetação ecológica e que faz parte da nossa região, mas, é uma infestante e não pode ser deixada proliferar em regime de exclusividade coabitando com a população. -----

2 – A vegetação ripícola diversificada é mais sustentável do que a presença única de uma espécie. Queremos Biodiversidade para o território do Montijo. Existe uma clara aposta no betão e falta de aproveitamento de potenciais corredores ecológicos dentro da cidade. -----

3 – A limpeza deve ser feita porque caso contrário há: -----

- Perda de visibilidade sobre a linha; -----

- Perigo aos utilizadores do parque; -----

- Dificuldade nos acessos; -----

- Dificuldade na livre circulação das águas pluviais e estagnamento das mesmas.

- Não aproveitamento dos parques, que foram projectados e construídos pela Câmara Municipal de Montijo, pela população porque os consideram feios e pouco seguros. -----

Quero acrescentar ainda que quando foi revisto o PDM já existia linha, como tal o espaço verde está bem enquadrado mas tem a manutenção nem as condições necessárias para o seu aproveitamento em pleno pela população local. É



Paolo
Costa
Q
K

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

também sabido que a degradação e a conseqüente não utilização dos espaços incita a actos de vandalismo e insegurança. -----

Quanto ao suposto parque infantil, junto ao Eleclerc tenho a dizer que a sua falta de protecção é da responsabilidade de todos nós.” -----

A Senhora Presidente, no uso da palavra, em resposta à munícipe D. Madalena Ascensão, disse: “A munícipe colocou aqui várias questões que se prendem com a cessação do seu contrato de trabalho, de facto saiu um conjunto de legislação sobre contratação quer por tempo indeterminado, quer por tempo determinado, bem como sobre a cessação dos contratos de trabalho por tempo determinado, que obrigou os serviços a um estudo, para a tomada de decisão, quer para contratar, quer para a cessação e é natural que houvesse neste conjunto de legislação, alguns equívocos e até alguns erros. -----

Os casos que foram tratados foram por excesso, ou seja, a Câmara pagou indevidamente montantes por cessação de contratos de trabalho. -----

Se para nós os direitos dos trabalhadores são para cumprir, os deveres dos trabalhadores também são recíprocos. -----

Também não percebo porque traz aqui há colação esta questão e as cartas que leu, são cartas que foram remetidas nos termos da lei, não sei se a senhora se candidatou ou não, mas até um determinado momento, os serviços entendiam que era devida indemnização por cessação de contrato de trabalho, independentemente de ser possível ou não renovar-se o contrato e pagavam. Posteriormente temos um entendimento diferente, que tem em boa parte a minha interpretação, que eu assumo juridicamente e politicamente, embora seja sustentado por um parecer jurídico, que não é meu. O que diz a lei é que na contratação é que no final do contrato o trabalhador, tem direito a uma indemnização, desde que, o contrato ainda possa ser renovado, mas por impossibilidade de renovação no fim do prazo, ou seja, chegou os três anos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Câmara não pode renovar o contrato, não é da sua responsabilidade, é a lei que lhe impede a renovação do contrato, nessas circunstâncias o trabalhador não tem direito a indemnização. -----

Outra situação, a Câmara não pode renovar o contrato e desencadeou previamente um concurso para ocupar o lugar, que é permanente. Nessas circunstâncias, a Câmara também não tem que pagar indemnização, porque de acordo com a nossa interpretação não há lugar ao pagamento da indemnização.

E provavelmente é essa a situação que lhe aconteceu, portanto estamos no domínio das interpretações jurídicas e para dirimir conflitos de interpretações jurídicas, só os tribunais. -----

Os trabalhadores que sustentam a sua posição, numa outra interpretação jurídica legítima, devem accionar os mecanismos legais, individualmente, ou através dos seus sindicatos para nós dirirmos este conflito de interpretação. Se o tribunal der razão ao trabalhador a Câmara pagará, até lá a Câmara mantém a sua posição. -----

Lamento de facto que tenha havido essa confusão e que desde o princípio os serviços não tenham acautelado uma posição coerente e consequente, mas também só não erra quem não faz. Os serviços são constituídos por quadro de dirigentes, técnicos, trabalhadores em geral, que estão susceptíveis de errar e naturalmente assumir depois as consequências. -----

Para esclarecer os senhores deputados municipais podem consultar o processo da senhora D. Madalena Ascensão, que está na Divisão de Recursos Humanos, ver a sua folha de serviço e fazer a avaliação.” -----

*Em resposta à munícipe D. Ilda Rodrigues, a senhora **Presidente da Câmara** disse: “Quanto à senhora D. Ilda Rodrigues, eu não me lembro de alguma vez ter reunido comigo, mas conheço o problema e já reuni com algumas pessoas sobre esse assunto, designadamente o senhor Rio. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Portanto, existe de facto um problema com as linhas de água, mas a Câmara limpa, as canas nascem e crescem, quanto à questão dos parques feios e pouco seguros, eu gostava de convida-la a dar um passeio pela cidade, para ver os parques feios e pouco seguros que nós temos. Não quer dizer que não se possam embelezar mais. São questões pertinentes e vamos resolvendo, na medida das nossas possibilidades, mas não antevejo uma solução para acabar com as canas numa situação imediata. -----

Vamos tentar melhorar dentro do possível.” -----

*O senhor **Presidente da Assembleia**, informou os senhores Deputados Municipais, que a pergunta feita pelas senhoras municipais, já foi esclarecida pela Câmara e que não há lugar a interpretações políticas e que passaríamos de imediato ao período antes da ordem do dia. -----*

*O **Deputado Municipal – Avelino Antunes**, no uso da palavra, fez um **Protesto** e ditou para a acta o seguinte: “A bancada da CDU protesta veementemente, pelo facto de forma inaceitável, anti-democrática, o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montijo, retirar o direito que o Regimento consagra a qualquer uma das bancadas presentes a resposta ao público, quando foi o próprio público que se dirige às bancadas. Está no regimento, e já não é a primeira vez que isto acontece, tem-se feito isto ao longo das últimas sessões e hoje claramente numa violação do Regimento, não é dada a palavra às bancadas. Isto é inaceitável, apenas o que queríamos fazer era nos termos do Regimento, e que esta bancada tem direito, e as outras também era poder responder aos municipais e não mais tarde, ou seja, no período “Antes da Ordem do Dia”. -----
Não faz sentido que este direito, que é um direito dos membros desta Assembleia, lhes seja negado a palavra. -----*



*Paulo
Gomes*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Queria que o senhor Presidente lesse o artigo 39.º, n.º 3 do Regimento, que diz “ A Mesa ou qualquer membro da Assembleia ou da Câmara prestará os esclarecimentos solicitados, ou, se tal não for possível, será o cidadão esclarecido, posteriormente, por escrito, caso em que deverá a Assembleia ser informada da resposta.” Nós temos este direito, que o Regimento consagra. ----- Os direitos não se negociam defendem-se, o que se negocia são os interesses.”

*Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período **ANTES DA ORDEM DO DIA**, o senhor Presidente da Assembleia, **sugeriu que se racionalizasse os tempos das intervenções.** -----*

De acordo com o artigo 24º, n.º 2 do Regimento que diz que em Assembleia nocturna são 4 horas consecutivas, e estão concedidos para o período antes da ordem do dia 60 minutos mais 15 minutos. -----

*Assim, os **60 minutos divididos pelos 29 deputados**, dá sensivelmente 2 minutos por cada deputado, juntando os minutos para cada bancada, daria: -----*

PS com 17 deputados, soma 34 minutos, menos 8 minutos = 26 minutos; -----

PSD/CDS-PP com 6 deputados, soma 12 minutos, menos 2 minutos = 10 minutos; -----

CDU com 5 deputados, soma 10 minutos, menos 1 minuto = 9 minutos; -----

BE com 1 deputado, soma 2 minutos, acrescenta-se mais 1 minuto = 3 minutos; -

Câmara Municipal, 12 minutos para respostas. -----

*Ao **tempo extra de 15 minutos**, ficaria: -----*

PS = 7 minutos; -----

PSD/CDS-PP – 2 minutos; -----

CDU = 2 minutos; -----

BE = 1 minuto; -----

Câmara Municipal = 3 minutos. -----



Paulo Ramos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, disse que não concordava com a divisão do tempo estipulado que o senhor Presidente sugeriu, e que devia ser dado aos membros da Assembleia Municipal tempo para falarem, no entanto estavam abertos a discuti-la em Conferência de Representantes. -----

*O Deputado Municipal – Ricardo Caçoila, no uso da palavra, disse: “Que era na reunião da Revisão ao Regimento, que este assunto deveria ser discutido e não em Assembleia Municipal, se existe dúvidas cabe ao senhor Presidente junto da Associação de Municípios, esclarecer esta questão. -----
Discordo da grelha apresentada, ou seja, em cinco Assembleias Ordinárias, que é o que se realiza num ano, o Bloco de Esquerda, dispõe apenas de 15 minutos por ano.” -----*

*O Deputado Municipal – Paulo Ramos, disse que a Assembleia Municipal reúne cinco vezes por ano, obrigatoriamente, e que era normal que as bancadas trouxessem algum trabalho feito, para apresentar as mais diversas matérias em sede própria e na instituição para a qual foram eleitos. -----
Quanto à sugestão que o senhor Presidente fez eu em teoria até acho que é uma sugestão razoável, mas é contra a tradição, que eu me lembro ao longo de cinco anos desta casa.” -----*

Foram presentes para aprovação as actas abaixo mencionadas, tendo obtido as seguintes deliberações: -----

Acta N.º 1 – Aprovada com 18 votos a favor, 4 abstenções e 0 votos contra. -----

Acta N.º 2 – Retirada para rectificação. -----

Acta N.º 3 – Aprovada com 17 votos a favor, 5 abstenções e 0 votos contra. -----

Acta N.º 4 – Aprovada com 19 votos a favor, 6 abstenções e 0 votos contra. -----

Acta N.º 5 – Aprovada com 23 votos a favor, 6 abstenções e 0 votos contra. -----



Recda
G. S.
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Acta N.º 6 – Retirada para rectificação. -----

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra, disse: “Em relação á questão colocada pela munícipe, é que num curto espaço de tempo existe três opiniões diferenciadas, referente aos contratos celebrados. -----

Primeiro documento, assinado pela senhora Presidente da Câmara, que diz que os trabalhadores naquelas situações têm direito a acerto de contas, segundo documento, assinado pela senhora Vereadora Clara Silva, que vem dizer que já não tem direito ao acerto de contas e por último conforme consta na Acta n.º 6 de 28 de Setembro de 2010 da Assembleia Municipal, onde questionei esta matéria, foi-me dito pelo senhor Vice-Presidente, o seguinte, que passo a citar, o que diz na página 30 “Quanto ao acerto de contas com os trabalhadores que terminaram os contratos a tempo determinado, e segundo o conhecimento que disponho, é que são pagos mediante o seu término....”, ou seja, temos aqui uma contradição com consequências muito graves, e os trabalhadores assumiram compromissos, pensando que a Câmara Municipal iria pagar o que era seu por direito. -----

Em relação às valas, quero dizer que há valas sem qualquer segurança junto à CERCIMA e não longe dali está um parque infantil. -----

Queria ainda colocar duas questões à Câmara Municipal, uma delas é o Protocolo de Geminação que foi feito com o Município da Bulgária, se está efectivo? Assim sendo queria lembrar que esta Assembleia Municipal não rectificou e há aqui uma violação clara da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, no seu artigo 53º. Outra questão é em que situação se encontra o Plano Director Municipal?” -----

*O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra, leu uma Intervenção Política, cujo teor se transcreve, alusiva **As Políticas de Direita e o***



Polcy
G. F.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Orçamento de Estado “Curvando-se ao grande capital o PS, o PSD e o CDS em coro com os habituais comentadores políticos de serviço às políticas de direita, clamaram e gritaram daqui del’rei, se não aprovarmos este Orçamento de Estado, os mercados internacionais irão aumentar ainda mais as dificuldades do país no acesso ao crédito, tudo isto apadrinhado pelo actual Presidente da República e candidato de novo. -----

E dessa forma para prestarem vassalagem aos grandes senhores, desencadearam para cima do povo os famigerados PEC’s do PS e do PSD apadrinhados por sua Excelência o Senhor Presidente da República, congelando e cortando salários, prestações sociais, aumentando o IVA, reduzindo o investimento público, cortes na saúde, educação social e nas transferências para as Autarquias Locais, agravando as injustiças sociais, aumentando o famigerado número de 2 milhões de pobres que o Senhor Presidente da República com muitos anos de responsabilidade política como Primeiro Ministro da República, diz agora desconhecer, ou faz-se de esquecido que é um dos responsáveis da actual situação, quando referiu que era uma vergonha e que estava chocado com o que se passa em Portugal. -----

Mas tal como na altura da discussão do Orçamento de Estado o dissemos, e o tempo já provou, estávamos perante uma indigna especulação e chantagem por parte dos ditos mercados internacionais, mas que têm bilhete de identidade, são instituições financeiras, Bancos, os mesmos que ganham milhões por dia e que continuam a ter um conjunto de benesses para além da permitida fuga ao fisco. - Estamos perante um Orçamento Neo-Liberal, de medidas gravosas, representando políticas socialmente criminosas, para grande parte do nosso povo, ao mesmo tempo que engorda, os grandes grupos económicos. -----

*De facto eles comem tudo e não deixam nada! -----
Mas as medidas mais gravosas deste Orçamento ainda não se fizeram sentir. ----*



*Paulo
G. Costa*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Portugal e o Mundo não têm falta de recursos, o que está em causa é a distribuição desses recursos, o que demonstra à evidência a natureza e a marca de classe do sistema capitalista, que não só não resolve os problemas do povo como os agrava. -----

Mas é importante referir que este Orçamento em relação às transferências para as autarquias locais, para além do corte de 100 milhões para as autarquias, integrado nas medidas adicionais do programa dito de estabilidade e crescimento (PEC), no Orçamento de Estado para 2011 o corte para os Municípios a nível Nacional, referente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e ao Fundo Social Municipal é de cerca de 9,5% e não de 5% como o Governo propagandeou, correspondendo a uma redução de 227 milhões de euros. No entanto no Distrito de Setúbal, a média nos cortes nos Municípios atingiu uma média de 10,6%, o que corresponde a uma redução de 10 milhões. -----

Em relação às Freguesias, o corte no Fundo de Financiamento das Freguesias é de 8,6%, que corresponde a uma redução de 18 milhões de euros a nível nacional. Nas freguesias do Distrito de Setúbal totaliza um corte de 895 mil euros. -----

Igualmente as Áreas Metropolitanas e Associações de Municípios têm cortes na ordem de 9,2%. -----

Mas quando tudo isto acontece em nome da austeridade dita necessária para acudir ao País, PS, PSD e CDS/PP, os mesmos que são responsáveis por tudo isto, não quiseram aprovar a proposta apresentada pelo PCP de alteração pontual à legislação fiscal, para possibilitar tributar ainda em 2010 os dividendos que grandes empresas prevêem antecipadamente distribuir como forma de escapar ao fisco, porque por incrível que pareça só a partir de 2011 a legislação fiscal prevê que paguem essa tributação, memo depois de já terem recentemente alterado a Lei. -----



*Palma
Bonta*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Ao contrário do que foi dito pelo PS não se trata de uma aplicação retroactiva da Lei Fiscal nem da aplicação de um novo imposto, mas sim da eliminação de um benefício que limitava a atribuição desses dividendos. -----

Mas ainda em relação à retroactividade tudo bem para aumentar o IRS dos salários e reformas, tudo mal e não pode haver retroactividade para tributar os lucros dessas grandes empresas, impedindo o encaixe e financiamento de milhões e milhões de euros para fazer face às necessidades sociais do País. -----

Isto é claramente a demonstração da subordinação do poder político ao poder económico que originou e montou esta crise, que arruína o nosso povo, para engordar ainda mais o poder económico. -----

Não foi para isto que se fez o 25 de Abril e que gerações de Portugueses lutaram. -----

É urgente, é necessário romper com estas políticas socialmente criminosas, impondo novas políticas e um novo rumo socialmente justo.” -----

*O Deputado Municipal - Ricardo Caçoila, no uso da palavra, leu uma Declaração alusiva a **Dismistificações**, cujo teor abaixo se transcreve: -----*

“- Taxa amplamente usada em Espanha, com boas receitas para os municípios. A introdução da “tasa sobre los cajeros” começou há anos em Palma de Maiorca e se transformou numa longa odisseia contra todas as manobras dos bancos, até à decisão do Supremo Tribunal que deu razão aos municípios. Actualmente, só duas grandes cidades (Valência e Madrid) não aplicam esta taxa – esta última com o curioso argumento de que 1 milhão e 200 mil euros são “irrisórios” face ao orçamento municipal... A esmagadora maioria dos municípios, com receitas muito inferiores, acentuam o princípio elementar de justiça traduzido por esta taxa. -----

- Câmaras Municipais de Vouzela e Salvaterra de Magos aprovaram propostas de introdução desta taxa e as fizeram baixar aos serviços. O próprio Presidente



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

da ANMP, Fernando Ruas, mostrou-se favorável à possibilidade de introduzir esta taxa, face aos constrangimentos financeiros das autarquias. -----

- Em Vouzela a proposta foi apresentada pela Vereadora do PS, Maria do Carmo Bica e aprovada pelo Executivo, Maioria PSD e a Assembleia Municipal, maioria PSD. -----

No Entroncamento, o Executivo aprovou na generalidade a proposta apresentada pelo Vereador do Bloco de Esquerda e encarregou os serviços de calcularem o valor da taxa a aplicar: esta poderá variar, consoante o local onde a caixa ATM está instalada (centro urbano ou zona periférica) e segundo critérios de incentivo ou desincentivo – numa aldeia isolada a instalação duma ATM corresponderá a uma necessidade da população e, no limite, até poderá ser isenta de taxa. -----

Em primeiro lugar, é preciso dizer que o Artigo 1.º do Decreto-Lei 3/2010, de 5 de Janeiro, proíbe explicitamente os bancos de taxarem as operações realizadas nas caixas ATM. Esta taxa municipal incide apenas sobre a ocupação da via pública pelas entidades bancárias (não se aplica às ATM situadas no interior dos bancos), como um vendedor ambulante de castanhas ou de qualquer produto e, por isso mesmo, é da mais elementar justiça. -----

- Princípio da justiça e da igualdade, o valor da taxa a pagar anualmente por cada ATM (variável consoante a localização) equivalerá em média a uns 50 céntimos por dia – é, sem dúvida, um valor irrisório. -----

Porque, até hoje, os bancos são as únicas entidades que não pagam pela utilização do espaço público? -----

Depende de nós, membros da Assembleia Municipal do Montijo contribuir para uma maior justiça.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

A Deputada Municipal – Ingeburga Oliveira, no uso da palavra, apresentou uma Proposta de Atribuição de Louvor Público à Escola Secundária Jorge Peixinho, cujo teor a seguir se transcreve: “Considerando que: -----

- Comemorou-se em 2010 o primeiro centenário da implantação da República Portuguesa; -----

- A Escola Secundária Jorge Peixinho, com mais de 50 anos ao serviço da educação da formação de jovens e adultos, a população da cidade em geral, (ocupada no sector terciário e no secundário, embora em menor número), e da freguesia do Montijo em particular, entendeu integrar a comemoração do centenário da implantação da República através de um programa ambicioso, completo e ímpar, envolvendo a comunidade civil para além da escolar; -----

- Em parceria com a Banda Democrática 2 de Janeiro desenvolveram as mais diversas actividades, iniciando em Maio de 2010 com uma exposição dedicada ao Montijense Republicano e Democrata, Paulino Gomes, contando, ainda, com 7 conferências e uma animação de rua, com a Reconstituição Histórica da Proclamação da República em Aldegalega; -----

- O programa culminou em 2 de Dezembro com a exposição dos trabalhos dos alunos da Escola subordinados ao tema “A 1ª República”. -----

A Assembleia Municipal do Montijo, reunida em quinze de Dezembro de dois mil e dez deliberou que: -----

- pela sua actividade, -----

- pelo exemplo, -----

- pela história de vida e integração no Concelho, -----

- pela obra e virtude que se destaca na comunidade, -----

atribuir um Louvor à Escola Secundária Jorge Peixinho, sendo merecedora de justo reconhecimento público por parte desta Assembleia, na certeza de que o



*Paulo
Bastos*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

projecto de comemoração do centenário da implantação da República contribuiu para um serviço público melhor ao serviço dos cidadãos. -----

Caso seja aprovado, pelos atributos cuja excelência justifica testemunho público através da publicitação do presente louvor, terá o mesmo a divulgação digna, ao nível dos órgãos de comunicação social local, concelhio, distrital e nacional.” --

*A senhora **Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse em resposta ao louvor apresentado pela bancada do PPD/PSD.CDS.PP, o seguinte: “Realmente é de grande mérito, mas a decisão foi da Câmara Municipal de Montijo, a exposição foi organizada pela Câmara Municipal de Montijo, por isso é justo que a Câmara Municipal figure como parceiro que foi efectivamente nas comemorações que a Escola Secundária Jorge Peixinho levou a efeito. -----*

Eu acho que a nossa cegueira, e o nosso sectarismo não nos pode colocar numa posição de cegueira. Há pouco dizia o Deputado Alberto Fernandes que só defende aquilo que lhe pertence, não, eu defendo o que é justo, no meu partido, fora do partido, na comunidade, por uma causa, defendo o que é justo e verdadeiro. Essa exposição só foi possível levar à Escola Secundária Jorge Peixinho e a outros locais, porque foram os técnicos da Câmara Municipal, os serviços da Câmara Municipal que organizaram, acho isto um sectarismo completo, por isso discordo frontalmente, muito embora a Escola Secundária Jorge Peixinho tenha o seu mérito. Este voto é um verdadeiro embuste.” -----

*A senhora **Presidente da Câmara**, em resposta ao Deputado Avelino Antunes, disse: “Eu assinei de facto uma carta, partindo do princípio que estava certa, errar é humano, persistir erro é incapacidade, e como que considero uma pessoa capaz, sou capaz de desfazer e reconhecer os meus erros. Os serviços tinham uma interpretação relativamente a essa matéria, chegou ao meu conhecimento um conjunto de situações que eu achei por bem, eu própria analisar*



Pauly
G-13
PK

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

juridicamente, não é da minha competência, eu sou decisora política, e foi nesta qualidade que subscrevi a carta sem olhar a matéria de fundo. Como surgiram um conjunto de problemas e de dúvidas, eu achei e não me eximi dessa responsabilidade, solicitando um parecer jurídico. O parecer jurídico coincidiu com o que eu achava, e os serviços naturalmente mudaram de posição, foi isto que se passou e não há contradição nenhuma. -----

Pode haver outros juristas que tenham outra interpretação, eu respeito, mas não concordo, essa dicotomia de interpretações só podem ser dirimidas em tribunal, eu não faço prevalecer, nem a minha posição. -----

O Deputado Avelino Antunes colocou-me uma questão que é de grande irresponsabilidade, diz-me que isto tem a ver com a vida dos trabalhadores, o senhor não compreende mais do que eu, e eu não posso tendo consciência disso e com um parecer jurídico a suportá-lo estar a fazer pagamentos, e que um dia venha uma inspecção e me faça devolver o dinheiro, a mim, Presidente da Câmara. A responsabilidade política é uma coisa, a responsabilidade técnica, administrativa e funcional é outra. -----

Há dúvidas de interpretação os tribunais dirimem, se os tribunais decidirem a favor dos trabalhadores a Câmara paga. Se eu estivesse convicta e fosse essa a nossa interpretação e tivesse sustentação também defendia essa posição e arriscaria. -----

O Estado de Direito existe para os cidadãos utilizarem os seus mecanismos e para fazer valer os seus direitos e os conflitos de interpretação jurídica, dirimem-se pela via judicial e nos tribunais." -----

A Deputada Municipal – Isabel Travessa, no uso da palavra, leu uma **declaração**, que passo a transcrever: “Vivemos tempos difíceis, complexos e de grandes desafios. Tempos de contenção, onde a prioridade nacional é o reequilíbrio orçamental, a par de medidas de estímulo à recuperação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

economia. Este é um tempo de fazer mais com menos, de definir prioridades e traçar novos caminhos. Para que Portugal possa sair da grave crise com que se debate e entrar num novo período de retoma sustentável e duradoura. -----

A política de cortes drásticos na despesa do Estado e a necessidade de obtenção de mais receitas públicas obriga a um esforço adicional de todos: Estado, Empresas e Cidadãos. Nas autarquias, essa situação é bem evidente. E o Montijo não é excepção. A redução das receitas municipais leva a uma redefinição de prioridades e um esforço acrescido de rigor e contenção. Se este esforço já foi bem visível ao longo de 2010, no próximo ano terá ainda que ser maior. Face à redução das transferências da Administração Central e à previsível redução de receitas de impostos directos e indirectos, as prioridades de actuação estão definidas: Educação, Área Social e Manutenção e Conservação de Equipamentos e do Espaço Público. Sempre garantindo a consolidação das contas públicas municipais e a sustentabilidade do Município para as gerações vindouras. -----

Com uma dívida de média e longo prazo controlada (uma das mais baixas do distrito de Setúbal), o Montijo é hoje uma das autarquias menos endividadas ao nível nacional. A estratégia encetada nos últimos anos tem permitido ainda cumprir as metas a que se propôs em termos de desenvolvimento sustentável do Município, tanto ao nível económico como social. -----

Os grandes investimentos realizados em infra-estruturas e equipamentos são hoje bem visíveis. Abastecimento de água. Tratamento de esgotos. Rede viária. Educação. Equipamentos culturais. Rede de Protecção Social. Equipamentos desportivos. Ninguém poderá negar que hoje temos um Município radicalmente diferente. -----

Uma das consequências directas do enorme desenvolvimento que o Município tem vindo a registar é a sua capacidade de captação de investimentos privados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

em várias áreas de actividade. Empresas e instituições de dimensão já estão instaladas ou preparam-se para se instalar em várias freguesias. E há muitos projectos de relevo: -----

- A cimenteira Secil lançou a 18 de Novembro a primeira pedra da nova fábrica para produção de argamassas industriais. Localizada na freguesia do Alto Estanqueiro-Jardia, representa um investimento de 8,5 milhões de euros e criará 30 novos postos de trabalho. A nova unidade vem complementar as restantes fábricas do grupo e vai permitir o abastecimento com as mais inovadoras argamassas do mercado. Deverá estar a laborar em Julho de 2011. -----

- O AKI abriu, a 21 de Outubro, a sua nova loja no concelho, no loteamento da Bogaris, na freguesia do Afonsoeiro, num investimento de 7,5 milhões de euros que permitiu a criação de 100 postos de trabalho. -----

*- Também para este loteamento se deverá transferir em breve o **Decatlon**. -----*

*- Em curso está o projecto da **Teixeira Duarte**, que representa um investimento de 11 milhões de euros e criará 300 postos de trabalho. Situado na freguesia do Alto Estanqueiro-Jardia, destina-se à edificação dos estaleiros da construtora para a sua actividade industrial e de armazenagem. Antecipa-se a conclusão da obra para o 1º trimestre de 2011. -----*

*- Desde 6 de Outubro último, está instalada e a operar no concelho a **GAM Portugal**. Tem agora no Bairro do Charqueirão todos os seus serviços centrais, assim como a actividade da Estação de Aluguer de Lisboa. Emprega 132 pessoas. -----*

*- Na área social, o projecto das **Residências de Terceira Idade Montepio Montijo** está pronto a arrancar. Num edifício de 3 pisos situado na Freguesia do Afonsoeiro, terá capacidade para acolher 120 utentes. Terá ainda uma unidade especial para 35 portadores da Doença de Alzheimer. Vai empregar 80 pessoas.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

- Na mesma Freguesia está prevista a instalação de um projecto da **Fundação Vida Solidária**. O Centro Comunitário Cidade do Montijo terá múltiplas valências: lar residencial, creche, centro de dia, unidade de cuidados continuados integrados, centro de actividades ocupacionais e apoio domiciliário. A capacidade é de 550 utentes, prevendo-se a criação de 109 postos de trabalho. -----

- Outro projecto na área social é o da **Fundação Promiva**. Na freguesia de S. Isidro de Pegões, pretende instalar uma actividade agro-industrial numa parcela de terreno 89 000 m². O objectivo é proporcionar emprego a pessoas com deficiência, num total de 180 postos de trabalho. -----

- Já no sector turístico, está prevista uma **unidade hoteleira** situada na Cova da Loba, com 53 quartos e uma área de restauração com capacidade para 36 utentes. -----

Estes são projectos que confirmam que a aposta prioritária do Município no desenvolvimento sustentável está a dar frutos. São investimentos que geram desenvolvimento económico, induzem mais investimento a montante e a jusante, criam condições para a fixação de postos de trabalho qualificado no Concelho e permitem um maior desenvolvimento urbanístico. Só com uma estratégia sustentável e prioridades certas em áreas estruturantes, sempre mantendo as contas municipais sob controlo, é que se poderá assegurar que o Montijo esteja preparado para enfrentar os desafios do futuro e responder às aspirações e expectativas de todos os seus munícipes." -----

A senhora **Presidente da Câmara**, no uso da palavra, em resposta ao Deputado Municipal – Avelino Antunes, disse: “O senhor Deputado não deve ter lido a acta da Reunião de Câmara, que é um documento autêntico e traduz o que a posição da Câmara. -----



Paulo
G-19
R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

É obvio que nós sabemos que os acordos de geminação tem que passar pela Assembleia Municipal e se não veio cá é porque não é um acordo de geminação, jamais me passaria pela cabeça fazer um acordo de geminação sem trazer à Assembleia Municipal. O senhor Vereador da CDU tem o documento, porque foi aprovado em Reunião de Câmara, logo tem a possibilidade de ver se é de facto um acordo de geminação. -----

*O Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues, no uso da palavra, apresentou uma **Recomendação** alusiva “**É obrigatório travar o Desperdício Alimentar**” que passo a transcrever: “Os tempos que o País vive são de crise generalizada. O aumento das despesas e encargos financeiros, a diminuição dos salários e o aumento do custo de vida têm dificultado, cada vez mais, a vida dos Portugueses. Assiste-se hoje a um crescimento exponencial da pobreza, muita dela escondida, mostrando a realidade daqueles que são já denominados como os “novos pobres”.* -----

Esta crise afecta as famílias portuguesas, com menor poder de compra levando, conseqüentemente, a uma acesso mais dificultado a bens de primeira necessidade. Infelizmente, esta realidade tende a agravar-se. -----

Segundo o promotor da petição “Desperdício Alimentar”, António Costa Pereira, entre 30 a 50 mil refeições provenientes de serviços de catering são, diariamente, colocadas no lixo. Nos números citados não estão incluídos os desperdícios alimentares dos restaurantes e das refeições confeccionadas nos supermercados. -----

O promotor da petição quer reduzir o desperdício de alimentos da restauração e cantinas, através do aproveitamento das sobras, de modo a serem distribuídas pelos mais necessitados. -----

Esta iniciativa já conta com o apoio da ARESP, da associação Nacional de Municípios Portugueses e da ASAE, na criação de programas de âmbito local



*Paulo
Bento*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

que sejam executados pelas autarquias para encontrar soluções contra o “desperdício alimentar”. -----

Também na Assembleia da República, todas as forças políticas reconheceram o admirável e exemplar exercício de cidadania levado a cabo pelo promotor da Petição. -----

Neste sentido a Assembleia Municipal de Montijo atenta aos problemas da cidade, não pode ficar alheada da sua obrigação de propor ao Município medidas que ajudem as famílias Montijenses a superar os actuais e futuros tempos difíceis. -----

Apelamos à Câmara, enquanto órgão executivo, estabeleça as “pontes” necessárias para o alargamento desta iniciativa a várias instituições, sejam privadas ou públicas, de modo a que possamos chegar, efectivamente, a todas as famílias desprotegidas do Concelho de Montijo. -----

Estamos perante uma realidade e uma necessidade séria à qual não podemos ficar indiferentes. É necessário agir e agir rapidamente. O Município deve apresentar medidas concretas que facilitem iniciativas como esta, vindas da sociedade civil, que ajudam as famílias mais carenciadas do nosso Concelho. É obrigação de todos, principalmente daqueles que têm responsabilidades políticas, travar este “obsceno” desperdício alimentar. -----

Estamos certos de que várias empresas, através do mecenato e da responsabilidade social, as IPSS, as escolas, as Universidades, as Paróquias e o voluntariado vão ajudar ao desenvolvimento de programas contra o desperdício alimentar. -----

Assim porque a Assembleia Municipal de Montijo não pode ficar indiferente à defesa dos mais necessitados e ao aumento exponencial da fome e pobreza no País e em Montijo, mais concretamente, os deputados municipais do PPD-PSD e



Polky
Montijo
Q

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

CDS-PP propõem à Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal que seja parceiro activo neste combate ao desperdício alimentar: -----

- 1. Promovendo o encontro urgente de Juntas de Freguesia, IPSS, Paróquias, Escolas, Universidades, ARESP, Associações e Bancos de Voluntariado entre outros, não excluindo empresas privadas, no sentido da concertação de esforços no combate ao desperdício alimentar e à criação de sinergias destinadas à criação associativa ou empresarial de programas locais de combate ao desperdício alimentar; -----*
- 2. Disponibilizando o conhecimento e ajuda na resolução das necessidades sociais e alimentares das famílias carenciadas do Concelho de Montijo, em articulação com as Juntas de Freguesia, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e as Paróquias, a todos os parceiros desses programas de combate ao desperdício alimentar; -----*
- 3. Auxiliando, quer nas condições estruturais, quer na procura dos meios, locais e equipamentos, os parceiros desses programas, contribuindo para que estas refeições possam chegar perto de quem necessita, em estreita colaboração com as entidades competentes, em particular com a ASAE.”*

*O Deputado Municipal – Pedro Carmo, no uso da palavra, leu uma **Declaração**, alusiva ao **Parque Urbano das Piscinas**, cujo teor a seguir se transcreve: “A inauguração do parque Urbano das Piscinas, realizada no passado dia 4 de Dezembro, assumiu especial relevância por marcar a conclusão do tratamento e embelezamento das áreas de cedência em urbanizações, na área ocidental da cidade (oeste da Avenida Luís de Camões), reflexo da estratégia de adequação de adequação destes espaços ao bem-estar colectivo, defendida e executada pelos autarcas do Partido Socialista do Montijo. -----*

Com efeito, este Parque de 3,2 hectares, que representou um investimento de 1.022.757,72 €, para além de um vasto espaço verde, oferece à população um



Pol...
G...
Q...

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

conjunto de equipamentos desportivos e de recreio, que contribuem para o melhoramento efectivo da qualidade de vida dos montijenses: campos de ténis, um polidesportivo, um ringue de patinagem, mini-golf e parque infantil. Paralelamente, foi possível dignificar o complexo de Piscinas Municipais e a sua entrada principal, valorizando inequivocamente esta infra-estrutura. -----

Concretamente no que diz respeito a esta zona da cidade, nos últimos 13 anos de gestão socialista, a obra feita fala por si: foi reabilitada a zona do Cerrado Chaves, onde se instalou a “Casa do Ambiente”; o Parque do Borrallhal com acesso privilegiado a norte pela ciclovía; a zona verde a sul do Estabelecimento Prisional e supermercado Modelo; o parque envolvente à Quinta do Saldanha e a sua recuperação; a reabilitação do campo anexo ao Pavilhão Gimnodesportivo; o polidesportivo da Caneira. No total, um investimento superior a 4 milhões de euros para uma área superior a 10 hectares, ou seja, aproximadamente 10 campos de futebol, para usufruto das populações. -----

Sabemos hoje – orgulhosamente – que com uma gestão rigorosa, foi possível construir zonas verdes em todos os espaços de cedência existentes, contrariando assim a argumentação de promotores imobiliários. -----

Sabemos ainda que, no passado, o conceito de cedência funcionou ao contrário, em prejuízo do bem comum, como aconteceu no espaço em frente à Escola Secundária Jorge Peixinho, onde se perdeu para o interesse privado uma área superior a 10.000 m². -----

Este foi também um projecto pioneiro em questões ambientais e de sustentabilidade, ao empregar um sistema inovador de captação de água, utilizando um aquífero superficial, ou seja, água imprópria para consumo humano (contaminada com fertilizantes), mas benéfica para as plantas. -----

O sistema revela uma eficiência energética superior, ao reduzir o “esforço” de bombagem. Deste modo, assegura-se a poupança de água adequada ao



Handwritten signature and initials

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

consumo, e também uma redução efectiva do custo da água de 0,64 € para 0,20 € por m³. -----

São investimentos como este que mostram que o melhoramento da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável são compatíveis. É bom ser o exemplo!" ---

O Deputado Municipal - Emanuel Costa, no uso da palavra, leu duas Declarações, a primeira alusiva à Loja Social em Montijo, e a segunda ao Contrato Local de Segurança, as quais passo a transcrever, respectivamente:

"1.ª No passado dia 14 de Dezembro, a Câmara Municipal de Montijo inaugurou a Loja Social que surge como uma medida municipal de desenvolvimento social integrado, direccionada para a população em situação de maior vulnerabilidade social. -----

A loja cuja organização e coordenação são da competência da Câmara Municipal de Montijo, funcionará às segundas, quartas e sextas-feiras, nos períodos compreendidos entre as 10h00 e as 12h30 e das 14h00 às 17h00. -----

Nesta loja poderão ser encontrados bens como vestuário, têxteis, produtos de higiene pessoal e habitacional, brinquedos, mobiliário, material didáctico e electrodomésticos. -----

Todos os bens encontrados na loja social são doados por empresas, instituições e particulares. -----

Como é do conhecimento de todos, o Partido Socialista tem uma estratégia para o concelho onde a solidariedade, a educação e a cultura assumem prioridade. ---

A Loja Social é mais uma medida tomada pelo executivo socialista para combater e minimizar as desigualdades sociais e económicas no concelho. -----

Mais uma vez, o Grupo Municipal do Partido Socialista sublinha o trabalho desenvolvido pelo executivo socialista. Com a implementação da loja social, os cidadãos do concelho têm ao seu dispor mais um serviço na área social." -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

“2.ª No passado dia 9 de Dezembro, perante a senhora presidente da Câmara Municipal de Montijo e o senhor Governador Civil de Setúbal, o senhor Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira, deslocou-se ao concelho de Montijo para homologar o Protocolo de Celebração do Contrato Local de Segurança no Município de Montijo. -----

Os Contratos Locais de Segurança surgem como um instrumento inovador de aprofundamento de policiamento de proximidade, um compromisso, livremente assumido, entre o Estado, as forças de segurança e as autarquias, os agentes da sociedade e os cidadãos, para a criação de uma nova “cultura de segurança”, assente numa cidadania participativa, que a todos obriga e responsabiliza. -----

As estatísticas relativamente à criminalidade participada no concelho de Montijo, dizem-nos que o concelho é um território seguro. Contudo, é necessário reunir esforços para contribuir para o aumento de índice de confiança da população, precavendo ameaças futuras, através de programas de policiamento de proximidade e no próprio envolvimento das comunidades, no domínio da segurança comunitária. -----

Assim, as áreas consideradas prioritárias no Protocolo assinado pela Câmara Municipal de Montijo e pelo Governo Civil do Distrito de Setúbal, no âmbito do Contrato Local de Segurança, são a delinquência juvenil e escolar; a pequena criminalidade; a violência doméstica; a segurança da população sénior e os fenómenos de insegurança. -----

Numa primeira fase, geograficamente abrangendo as freguesias de Montijo e Afonsoeiro, os sete objectivos estratégicos são: -----

- 1- Redução dos índices de criminalidade, violência juvenil; -----*
- 2- Desenvolver programas dirigidos à população sénior, no sentido de aumentar o sentimento de segurança; -----*



Rely
B-1a
Q

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

- 3- *Reforçar a vigilância de proximidade, através dos meios necessários e adequados para o efeito; -----*
- 4- *Elaborar um diagnostico na freguesia sede de concelho, com base na informação das forças de segurança, da Câmara Municipal e demais parceiros estratégicos; -----*
- 5- *Desenvolver uma estratégia e um ponto de acções diversificado que permitam a prossecução dos objectivos específicos; -----*
- 6- *Fortalecer os laços entre a administração pública e a sociedade civil, através de mecanismos de cooperação e do reforço institucional do papel das instituições públicas; -----*
- 7- *Promoção de uma cultura de segurança, assente na cidadania participativa e na responsabilização dos agentes da sociedade civil. -----*

*O Grupo Municipal do PS felicita o executivo socialista da Câmara Municipal pela disponibilidade em assinar o Contrato Local de Segurança. -----
Acreditamos ser um mecanismo capaz de contribuir para o reforço da segurança no concelho.” -----*

A Deputada Municipal – Celina Figueiredo, no uso da palavra, leu uma Declaração Política, que a seguir se transcreve: “A Greve Geral convocada pela CGTP constitui uma das mais importantes jornadas de luta realizadas em Portugal, depois do 25 de Abril e uma poderosíssima resposta às medidas gravosas do Governo PS e do PSD, contidas no Orçamento de Estado com o apoio do Presidente da República. -----

Foi uma greve geral que contou com mais de 3 milhões de trabalhadores a nível nacional e que na região de Setúbal se fez sentir desde a administração pública ao sector empresarial do Estado e ao sector privado. -----



Ruby Santos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Verificam-se adesões próximas dos 100% na administração pública central e local o que levou ao encerramento generalizado das autarquias locais, escolas, serviços de finanças, centros de segurança social, tribunais, infantários e misericórdias, com hospitais e centros de saúde a funcionar só com serviços mínimos. -----

Uma fortíssima adesão igualmente no sector dos transportes, com a paralisação dos transportes fluviais da Transtejo e Soflusa, da CP Carga e dos TCB; a circulação de apenas dois comboios em toda a linha do Sado, uma adesão na ordem dos 80% nos TST, a circulação apenas de metade das composições no MST, um só barco na Atlanta Ferries. -----

No sector produtivo a adesão à greve foi das mais significativas dos últimos anos, levando a que várias fábricas não produzissem: a paragem da AutoEuropa e nas 23 empresas do Parque Industrial, adesão próxima 90% na Lisnave, na Visteon e no Arsenal do Alfeite, próxima dos 100% na EMEF e ainda um conjunto de empresas com adesão significativa. -----

No âmbito dos serviços, verificaram-se também fortes adesões nos balcões da CGD, no Jumbo de Almada e Setúbal e no Pingo Doce do Montijo. -----

De destacar ainda o encerramento das lotas de Setúbal e Sesimbra bem como o Porto de Setúbal. -----

De salientar o facto de, em muitas empresas, os trabalhadores terem aderido pela primeira vez a uma luta desta dimensão. Foi transversal a um larguíssimo leque de sectores a solidariedade expressa de amplas camadas da população. ---

O Governo e quem o apoia tiveram nesta greve geral uma clara condenação, um sério aviso e uma firme exigência de ruptura com a política que seguem. -----

A greve geral pelo futuro de Portugal constitui uma poderosa manifestação dos trabalhadores da sua disponibilidade para continuar a lutar e impedir o prosseguimento da política de direita conduzida por sucessivos governos do PS,



Feddy
G-13
R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

PSD, CDS, para serem parte da ruptura da mudança e por uma nova política que valorize o trabalho e os trabalhadores.” -----

*Seguidamente, o Senhor Presidente, disse que estava a **discussão e votação o Louvor**, apresentado pela bancada PPD/PSD.CDS.PP. -----*

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse: “Cumpre-me em nome da Câmara Municipal de Montijo, relativamente ao voto agora em discussão manifestar a minha total indignação, pela visão sectária, medíocre, sem princípios e mentirosa, que este voto de louvor transmite. -----

É verdade que a Escola Secundária Jorge Peixinho participou activamente nas Comemorações do Centenário da República, de modo próprio e em parcerias com diversas instituições, designadamente com a Câmara Municipal de Montijo.

A alusão a que se faz referência à exposição dedicado ao Montijense republicano e democrata Paulino Gome, foi preparada pelos serviços da Câmara Municipal de Montijo, às expensas da Câmara Municipal de Montijo e percorreu todo o concelho do Montijo e conseqüentemente em pareceria com a Escola Secundária Jorge Peixinho, foi também objecto de exposição de oportunidade para a comunidade educativa daquela escola, poderem tomar conhecimento da vida e obra deste democrata, também a mencionada reconstituição do Centenário da República teve o apoio e foi comparticipada pela Câmara Municipal de Montijo, ou seja, também aqui houve a participação da Câmara e o envolvimento de dinheiros públicos de todos nós. -----

É por isso um verdadeiro embuste, este voto de louvor, que pelo seu conteúdo, faltando deliberadamente à verdade nas circunstâncias em que acabei de expor é um verdadeiro embuste. -----

E é por isso que em nome da Câmara Municipal de Montijo, da dignidade da instituição que represento, por todos os meios, transmitirei aos professores, aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

pais, aos alunos, o embuste que este voto representa, porque não traduz efectivamente a realidade e o envolvimento da Câmara Municipal de Montijo, para o sucesso das iniciativas referidas neste voto de louvor. -----

Repete-se que a Escola Secundária Jorge Peixinho teve um papel importante nas comemorações do Centenário da República em Aldegalega do Ribatejo, mas este voto não corresponde efectivamente à parceria desenvolvida, ao apoio e ao dinheiro dos contribuintes que a Câmara Municipal gastou, para que efectivamente as comemorações da República na cidade e no concelho e concretamente na Escola Secundária Jorge Peixinho tivessem a dignidade institucional e a dignidade que as comemorações tiveram em todo o concelho e durante todo o ano de 2010. -----

Cabe-me ainda perguntar aos subscritores do voto de louvor, porque meios tencionam divulgar o voto de louvor e quem pagará este acto de louvor, publicado nos órgãos da Comunicação Social, local, concelhio, distrital e nacional.” -----

O Deputado Municipal – Emanuel Costa, no uso da palavra, disse: “Foi a Câmara Municipal de Montijo que promoveu esta parceria com a Escola Secundária Jorge Peixinho, quer com a Banda Democrática 2 de Janeiro, a questão que colôco à bancada do PPD/PSD.CDS.PP, se está disponível para ratificar a atribuição do louvor, emendando o louvor à Escola Secundária Jorge Peixinho, atribuindo-o à Câmara Municipal do Montijo, porque de facto foi quem teve o papel principal, promoveu e desenvolveu.” -----

O Deputado Municipal – Alberto Fernandes, no uso da palavra, disse: “Relativamente à questão colocada pelo Deputado Emanuel Costa, sem dúvida que nós estamos abertos à alteração desse louvor e reconhecer que a Câmara Municipal de Montijo, teve um papel preponderante em parceria com a Escola



Polycarpo Costa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Secundária Jorge Peixinho, mas penso que as palavras que a senhora Presidente referiu foram demasiado “provocatórias”, porque a intenção que esta bancada tem, com a apresentação deste louvor é reconhecer um papel positivo que uma entidade escolar teve e nos preponentes, longe está a intenção ou a malvadez de querer retirar a Câmara Municipal do Montijo e do papel que tem tido na intervenção com as entidades escolares. -----

Quando fala aqui em parceria com a Banda Democrática 2 de Janeiro, acrescentar também em parceria com a Câmara Municipal de Montijo e também com a Junta de Freguesia do Montijo, que também foi parceira do projecto das comemorações do Centenário da República, com a Escola Secundária Jorge Peixinho. Deixo essa sugestão, se não sugira outra coisa senhor Deputado, estamos disponíveis para em conjunto refazer o voto.” -----

O Deputado Municipal – Emanuel Costa, no uso da palavra, disse: “Há um desacordo total, relativamente ao voto de louvor, a única questão que o Partido Socialista coloca aqui é se a bancada do PPD/PSD.CDS.PP, está disponível para retirar do título desta proposta Louvor à Escola Secundária Jorge Peixinho e colocar Louvor à Câmara Municipal do Montijo, se não estiver disponível para esta alteração, vamos a votação.” -----

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse: “Nós agimos por acção e por omissão. E a omissão neste voto de louvor à Câmara Municipal de Montijo, só pode ter sido deliberada porque a outra hipótese que se pode colocar é uma hipótese, que não posso acreditar que o PPD/PSD.CDS.PP, desconheceu o programa das comemorações do centenário da República, desconheceu quem elaborou a exposição sobre Paulino Gomes, que foram os serviços da Câmara, desconheceu que esta exposição andou por todo o concelho, por escolas, por colectividades, desconheceu e não participou nas



*Paulo
Bastos*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

comemorações que os alunos da escola fizeram na Praça da República, ou seja, desconheceu isto tudo. Quem desconhece não pode atribuir um louvor, não tem condições para atribuir um louvor ou não desconhece e conhece bem e fez de propósito por omissão. -----

Eu acho que isso é de uma grande indignidade para com a Câmara Municipal do Montijo, para o órgão Câmara Municipal de Montijo, não é para a Maria Amélia Antunes, que não conseguem respeitar e perceber as diferenças.” -----

A Deputada Municipal - Fernanda Fernandes, no uso da palavra, disse: “A Escola Secundária Jorge Peixinho é o meu local de trabalho desde 1989, estive activamente envolvida na organização da parceria com a Câmara Municipal de Montijo, para as comemorações do Centenário da República, orgulho-me como professora da escola, da capacidade que a escola demonstrou em participar activamente nestes trabalhos, mas penso que a verdade dos factos tem que ser colocada nos seus devidos lugares. -----

Assim, para esclarecer as pessoas que estão mais distantes, passarei a referir quais foram as actividades que a escola participou sozinha ou em parceria: ----

A primeira actividade que abriu o Centenário da República, foi a exposição à cerca da vida e obra Paulino Gomes, ou seja, a escola foi hospedeira de uma exposição que foi totalmente realizada com os custos da Câmara Municipal de Montijo. -----

Seguidamente a escola participou na inauguração de um conjunto de conferências, a primeira conferência e que foi a inaugural, foi nesta casa e que foi totalmente custeada e organizada pela Câmara Municipal de Montijo. -----

As restantes conferências foram em parceria com a Câmara Municipal do Montijo e com a Banda Democrática 2 de Janeiro, e que teve na sua maioria recursos da terra, ou seja, professores da Escola Secundária Jorge Peixinho e o professor agora já reformado Joaquim Tapadinhas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

A reconstituição do dia da Implantação da República, que foi no dia 04 de Outubro, foi totalmente organizado pela Câmara Municipal do Montijo e para os eventos foram convidadas as escolas secundárias Jorge Peixinho e Poeta Joaquim Serra e a Escola Profissional do Montijo e a participação que a escola Secundária Jorge Peixinho teve, também teve as outras escolas, os professores e alunos, foram dessas três escolas. -----

Fora dessa parceria a Escola Secundária Jorge Peixinho fez no seu átrio uma exposição dos trabalhos dos alunos. Penso que foi um trabalho meritório e muito me orgulho da participação da minha escola e agradeço à Câmara Municipal do Montijo a oportunidade que nos deu.” -----

O Deputado Municipal – Paulo Ramos, no uso da palavra, disse: “Solicito à Deputada Fernanda Fernandes, se me faculta o historial que acabou de descrever por escrito e comprometo-me pessoalmente na próxima Assembleia Ordinária a apresentar um voto de louvor em primeiro lugar à Câmara Municipal de Montijo e às instituições que estão implicadas neste projecto, mas quero que fique claro que repudio completamente a má criação da senhora Presidente da Câmara.” -----

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse: “Reproduzo de novo que este voto de louvor, não é inócuo e foi deliberadamente e ostensivamente preparado para deixar de fora e omitir a Câmara Municipal de Montijo, com que objectivo, posso tentar perspectivar, vou confirmar ou infirmar mais tarde o objectivo, porque repito senhor Presidente, senhores Deputados, das duas uma, este voto de louvor foi elaborado por quem não conhecia a participação da Câmara como acabou por ficar demonstrado, só pode ser outra situação, foi deliberado, foi omissivo o papel da Câmara e isso em política, as omissões têm leituras políticas e que eu, enquanto Presidente da Câmara, não



Handwritten signature and initials

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

posso deixar de me indignar e de considerar que este voto de louvor, assim apresentado não é feito por gente séria, gente de bem. -----

O Deputado Municipal – Alberto Fernandes, no uso da palavra, disse: “Queria apenas agradecer à professora Fernanda Fernandes, a clareza da exposição que fez, e gostaria também de fazer uma declaração de interesses, eu não referi, mas como muita gente sabe eu também sou professor na Escola Secundária Jorge Peixinho.” -----

O Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues, no uso da palavra, disse: “Queria apenas lamentar a forma como a senhora Presidente se referiu às pessoas, porque embora eu acho que seja muito eufórica a defender as suas coisas, também lhe digo que de vez em quando se excede, eu sou filho de boa gente e também me sinto.” -----

Seguidamente, o Senhor Presidente, procedeu à votação do Louvor, tendo esta obtido, a seguinte votação: Reprovada com dezassete votos contra do PS, seis votos a favor do PPD/PSD.CDS.PP e seis abstenções (cinco da CDU e uma do BE). -----

O Deputado Municipal – Alberto Fernandes, no uso da palavra, fez uma Declaração de Voto, cujo teor a seguir se transcreve: “A bancada do PPD/PSD.CDS.PP lamenta, lastima a atitude pouco digna da bancada do Partido Socialista, em não aceitar a proposta que o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez de chegarmos a um acordo, relativamente à proposta de atribuição do louvor à Escola Secundária Jorge Peixinho, através da integração de todas as entidades que colaboraram nas comemorações.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra, fez uma Declaração de Voto, cujo teor se transcreve: “A bancada da CDU tentou das mais variadas formas, que houvesse entendimento alargado em relação a esta matéria, indo também ao encontro da proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal, podendo de facto que este voto de louvor abrangesse todas as entidades que fizeram parte da parceria, como não aconteceu, daí a nossa abstenção.” -----

A Senhora Presidente da Câmara, mo uso da palavra, entregou à mesa uma Declaração Política, que não leu, dado o adiantado da hora, mas solicitou que constasse em ata. -----

“Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, o relatório PISA 2009, divulgado no passado dia 7 de Dezembro, que testa os conhecimentos dos alunos de 15 anos nas áreas de leitura, matemática e ciências, situa Portugal na mesma categoria de países, como os Estados Unidos, a Suécia, a Alemanha, a Irlanda, a França, a Dinamarca, o Reino Unido, a Hungria e a China-Taipei, uma das «economias de parceria» da avaliação. -----

O nosso país é considerado um dos países que, desde o último relatório do PISA 2006, registou uma progressão mais "impressionante", destaca o documento, cujos resultados situam, pela primeira vez, os conhecimentos dos estudantes portugueses de 15 anos em leitura, matemática e ciência perto da média dos países avaliados. -----

“Portugal é, entre 65 países, um dos seis que no PISA 2009 melhoraram a sua pontuação geral em conhecimentos de leitura e que reduziu a variação de desempenho. Um resultado conseguido, sobretudo, devido a melhorias entre os que tinham piores resultados, enquanto os melhores continuaram ao mesmo nível”, salienta o documento. -----



Polly
B. F. S.
R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O documento recorda que em Portugal, “em 2000, o nível de desempenho em leitura da avaliação PISA era um dos mais baixos entre os países da OCDE e a proporção dos estudantes cujo desempenho se situava abaixo do nível 2 era um dos mais elevados”. -----

Entre 2004 e 2009, a taxa de chumbos dos alunos com 15 anos desceu de 21,5 para 12,8 por cento. Portugal subiu 4 posições no ranking da educação da OCDE. -----

Esta avaliação mostra que no processo educativo os frutos só surgem anos depois de um investimento e de um trabalho aturado e sustentado, onde a melhoria de resultados pode ser explicada em primeiro lugar pelas políticas seguidas nos últimos anos. Neste sentido, é de elementar justiça recordar e ressaltar o trabalho que se iniciou, em 1995, no Governo do PS liderado por António Guterres, quando iniciou a rede do pré-escolar em todo o país. É caso para afirmar que a sua paixão pela Educação começou a dar frutos. Nos últimos anos, as políticas educativas permitiram criar, com uma conjugação de factores como a avaliação de professores, a Lei de autonomia e gestão das escolas e um controlo sério da qualidade do ensino. -----

Também no concelho de Montijo temos vindo a semear para depois colher nos últimos 12 anos, porque a educação, não obstante ser um investimento invisível, por isso muitas vezes incompreendido, foi e continua a ser fundamental para a estratégia que decidimos empreender desde que fomos eleitos em 1997. -----

Sabemos que na sociedade do espectáculo mediático e da imagem não é fácil fazer passar a mensagem de um trabalho quase invisível aos olhos do cidadão comum, é muito mais fácil criticar e exigir um piso novo para o pátio de uma escola, a mudança de uma lâmpada ou o arranjo de uma fechadura. -----



Pol. G. J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

No entanto, este trabalho, que brota das profundezas de uma visão estratégica, já está e acabará por dar os seus frutos, quer nos indicadores de abandono e insucesso escolar, quer na qualificação das novas gerações. -----

No domínio da Educação, a Câmara Municipal de Montijo tem por missão e tem vindo a promover e executar, na circunscrição territorial do município, políticas de planeamento, de coordenação e de desenvolvimento de projectos e de acções nas seguintes áreas: -----

- a) reordenamento e requalificação da rede escolar e pré-escolar; -----*
- b) apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico; -----*
- c) acção social escolar (educação pré-escolar e 1º ciclo); -----*
- d) refeitórios escolares; -----*
- e) transportes escolares; -----*
- f) actividades complementares de acção educativa; -----*
- g) apoio à educação extra-escolar; -----*
- h) gestão do pessoal não docente da educação pré-escolar e do ensino básico. ---*

Enriquecimento curricular – *Na área do enriquecimento curricular, a Câmara Municipal de Montijo reconhece a importância desta medida do anterior Governo para o desenvolvimento e para o sucesso educativo dos alunos do 1º ciclo do ensino básico. Assim, desde o ano de 2005, temos vindo a aderir a todos os Programas lançados nesta área pelo Ministério da Educação, assumindo-nos como a Entidade Promotora dos mesmos no Concelho. -----*

No ano lectivo em curso, estão a ser promovidas, para os alunos do 1º ao 4º anos de escolaridade inscritos (cerca de 1.650), actividades de enriquecimento curricular nas áreas Física e Desportiva, do Ensino de Inglês e do Ensino da Música. -----



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Para além destas actividades, está também a ser implementada a actividade de Apoio ao Estudo, da exclusiva responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas, que se destina à realização de trabalhos de casa e de consolidação das aprendizagens, devendo os alunos beneficiar do acesso a recursos escolares e educativos e do apoio e acompanhamento por parte dos professores dos agrupamentos. -----

A Autarquia promove assim uma "escola a tempo inteiro" e garante as condições necessárias para que os estabelecimentos de ensino do 1º ciclo se mantenham abertos até às 17h30, num mínimo de oito horas diárias, e assegurem a oferta de Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) a todos os alunos interessados. -----

***Ação Social Escolar** - Com o objectivo de propiciar a correcção das assimetrias de ordem socio-económica da população pré-escolar (rede pública) e escolar do 1º ciclo, a Câmara Municipal tem vindo a implementar as seguintes medidas de compensação sócio-educativa: -----*

- Atribuição de auxílios económicos para aquisição de livros e material escolar pelos alunos socioeconomicamente carenciados do 1º ciclo do ensino básico; -----*
- Participação na alimentação (almoços) das crianças socioeconomicamente carenciadas dos jardins de infância da rede pública e do 1º ciclo do ensino básico utentes dos serviços de refeitório escolar; ----*
- Atribuição de suplemento alimentar (merenda) às crianças sócioeconomicamente carenciadas dos jardins de infância da rede pública e do 1º ciclo do ensino básico. -----*

Bolsas Estudo Cidade de Montijo -----

A Carta Educativa de Montijo identificou as dificuldades económicas das famílias de origem e a concomitante necessidade dos jovens começarem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

trabalhar como factores determinantes do abandono escolar precoce, após o ensino básico, que se verifica no Concelho. O investimento em medidas de intervenção socioeconómica, complementares à acção social escolar, junto dos alunos com menores recursos económicos e das respectivas famílias, revela-se assim uma estratégia crucial para o combate à baixa taxa bruta de escolarização no ensino secundário identificada no referido documento e para o incentivo ao prosseguimento de estudos de nível secundário, pós secundário e superior. -----

Justifica-se assim plenamente a continuidade de uma prática instituída na Câmara Municipal, desde há alguns anos, que consiste na atribuição de Bolsas de Estudo “Cidade de Montijo” a estudantes economicamente carenciados que prosseguem estudos após a conclusão do ensino básico. -----

*Na organização da **Rede Educativa do Concelho** há que destacar o esforço de investimento e o empenho posto pela Câmara na rede de Educação pré-escolar na Rede do Ensino Básico e Ensino Secundário. -----*

Defendemos que a educação se inicia no seio da família e a aprendizagem no pré-escolar. No concelho de Montijo, no ano lectivo 2009/2010, 563 crianças beneficiam gratuitamente deste grau de ensino, no horário das 9h00 às 15h30. Conscientes de que este horário não é compatível com a vida profissional das famílias, criámos o Serviço de Apoio às Famílias que se desenvolve das 7h00 às 9h00, das 15h30 às 19h00 e nos períodos de interrupções lectivas. Refiro ainda que as nossas ementas incluem escolhas das famílias em tipos de alimentação como sejam comida vegetariana ou ovolacteovegetariana e as indicadas pelos médicos, como sejam os celíacos. Os alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos que residem a 4 km dos estabelecimentos de ensino que possuem refeitório, a 3 km dos que não possuem e os que percorrem circuitos de risco – Estradas Nacionais ou linhas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

férreas em utilização – beneficiam de transporte escolar fornecido pelas juntas de freguesia ou de passe escolar dos TST. -----

Transportes Escolares -----

De acordo com o Decreto-lei nº299/84 de 5 de Setembro, a intervenção da Câmara Municipal de Montijo em matéria de transportes escolares consiste na oferta de serviço de transporte entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino a todos os alunos dos ensinos básico e secundário que se encontrem matriculados de acordo com as normas estabelecidas, sempre que os mesmos residam a mais de 3Km ou de 4 Km das escolas, respectivamente sem e com refeitório escolar. -----

O serviço de transporte escolar é, como é do vosso conhecimento, gratuito para os alunos do ensino básico e participado em 50% para os alunos do ensino secundário. -----

Refeitórios Escolares -----

Reconhecendo a importância do fornecimento de refeições equilibradas e racionais a todas as crianças e pretendendo contribuir para que a escola se torne um espaço privilegiado para a educação alimentar e para a promoção da saúde através da alimentação, a Câmara Municipal de Montijo tem vindo a realizar, desde há vários anos, um elevadíssimo esforço financeiro no sentido de dotar os jardins de infância (rede pública) e as escolas de 1º ciclo com as condições necessárias ao funcionamento dos respectivos refeitórios escolares. ---

Apoio Psicológico -----

A eficácia desta intervenção nos Jardins de Infância e Escolas de 1º ciclo da rede pública é assegurada por um trabalho continuado e sistemático de interligação entre os Psicólogos e o Técnico de Acção Social que integram o Serviço de Psicologia para a Promoção do Sucesso Educativo (SPPSE), os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

docentes que acompanham os alunos e várias outras entidades com que são estabelecidas parcerias muito importantes. -----

No sentido de dar resposta às várias necessidades identificadas, o SPPSE tem vindo a propor e a desenvolver um conjunto de diferentes modalidades de intervenção das quais se destacam: -----

- Orientações e propostas de estratégias ao nível do processo ensino-aprendizagem e da gestão da sala de aula; -----*
- Avaliações Psicológicas; -----*
- Acompanhamentos Psicológicos individuais e em pequeno grupo; -----*
- Acompanhamentos Psicopedagógicos; -----*
- Programas de Competências Sociais “Aprender a Crescer” e “Ser e Conhecer”; -----*

A par de todo este esforço financeiro e estratégico de apoio aos alunos e às famílias, a Câmara Municipal de Montijo já investiu milhões de euros na modernização do parque escolar, quer construindo escolas e parques desportivos de raiz, quer requalificando as já existentes, quer reparando e melhorando as condições técnicas das escolas. -----

Em simultâneo, temos vindo a equipar as escolas com equipamento informático do mais moderno, prestando também apoio técnico e informático às direcções das escolas. -----

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, é todo este trabalho que não se vê à vista desarmada que dá no presente e dará no futuro os seus frutos, competindo, em última instância aos professores, alunos, associações de pais e famílias, aproveitarem as condições excepcionais criadas pelo município de Montijo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Acreditamos, sinceramente, que isso acontecerá, porque a existência de homens e mulheres qualificados é essencial para construirmos um país mais próspero, mais moderno, mais equitativo e mais solidário.” -----

Seguidamente, não se registando mais intervenções, foi a presente acta aprovada em minuta, e declarada encerrada a presente Sessão Ordinária, informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, dia 16 de Dezembro de 2010, pelas 21 horas. -----

Era uma hora e trinta e cinco minutos do dia dezasseis de Dezembro de 2010. ---

E eu, Joselina Maria Cezaredo Barbosa, Assistente Técnica, da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração, fiz lavrar a presente acta que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.-----

O Presidente

O 1º Secretário

Pebo Rafael Pereira Reis Carvalho

O 2º Secretário